



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Trabalho, Questão Social e Serviço Social  
**Sub-eixo:** Trabalho, questão social e serviço social - fundamentos

### QUESTÃO SOCIAL NA AMAZONIA E SERVIÇO SOCIAL:

reflexões sobre o trabalho de Assistentes Sociais em tempos emergentes.

IZABELLE CRISTINA FRAGOSO DO NASCIMENTO <sup>1</sup>  
ESCARLETE RAISSA EVANGELISTA DA SILVA <sup>1</sup>  
ARIADNA NUNES AGUIAR BATALHA <sup>1</sup>  
SAMARA TAVARES ROCHA <sup>1</sup>  
MARINEZ GIL NOGUEIRA CUNHA <sup>1</sup>

### RESUMO

O momento atual nos traz inquietações e incertezas sobre as demandas estruturais, o papel do Estado, e as políticas públicas. Vivenciamos um momento cujas as condições de vida e existência estão agravadas, do Norte ao Sul do país. Portanto, este estudo propõe uma reflexão teórica acerca do Serviço Social na Amazônia, as particularidades da questão social neste contexto, e as repercussões ao trabalho de Assistentes Sociais nesta realidade na conjuntura atual. Trata-se de pesquisa bibliográfica, como resultados entende-se que as contribuições deste artigo estão na aproximação com o debate acerca do trabalho de Assistentes Sociais no atual contexto brasileiro.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Questão Social, Amazônia, Trabalho.

### ABSTRACT

The current moment brings us concerns and uncertainties about structural demands, the role of the State, and public

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Amazonas

policies. We are experiencing a moment in which the conditions of life and existence are worsening, from the North to the South of the country. Therefore, this study proposes a theoretical reflection about Social Work in the Amazon, the particularities of the Social Question in this context, and the repercussions for the work of Social Workers in this reality in the current conjuncture. This is a bibliographic research, as results it is understood that the contributions of this article are in the approach to the debate about the work of Social Workers in the current Brazilian context.

**Keywords:** Social Work, Social Issues, Amazon, Work.

## 1. INTRODUÇÃO

Os mistérios que envolvem a intrigante sociobiodiversidade da Amazônia sempre atraíram a atenção de diversos pesquisadores, cientistas, historiadores e admiradores de seus segredos e riquezas naturais em âmbito nacional e internacional. A discussão que perpassa a historiografia e modos de vida na Amazônia é extensa e não contempla apenas o solo brasileiro. A temática central abordada neste artigo irá focar especificamente nos desafios do trabalho e expressões da questão social envolvem a Amazônia Legal.

Refletir sobre a questão social na atualidade brasileira tem sido um desafio ao trabalho de Assistentes Sociais no seu cotidiano, por isto, compreendemos a importância de dialogarmos sobre a nossa Região Amazônica, e construímos pontes para produção de conhecimento local que não esteja limitada a uma discussão dentro dos muros da academia, mas que provoque respostas sociais e emergentes tanto para a categoria profissional, quanto demais áreas, e principalmente para a população.

Portanto, este estudo está estruturado em duas partes interdependentes. A primeira parte, esclarece brevemente o conceito de questão social no Brasil, e apresenta o conceito de questão social na Amazônia enfatizando as principais particularidades das expressões da questão social nesse espaço diversificado. A segunda parte,

problematiza os desafios do trabalho do(as) assistentes sociais nas multifacetadas formas da Amazônia, e a importância da criação e implementação de políticas públicas e sociais coerentes a essa realidade.

Este artigo é uma reflexão teórica resultante das disciplinas “Sustentabilidade e Serviço Social na Amazônia”, “Questão Social, Estado e Cidadania” ofertadas nos anos 2020 e 2021, e dos “Webinários” que tratavam da temática transversal “Serviço Social e Sustentabilidade” vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

## **2. QUESTÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA**

Conforme os estudos de Iamamoto (2013, p.27) o conceito de questão social pode ser compreendido como “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...], desigualdade que remonta o processo de formação sócio-histórica do país, onde o moderno se constrói por meio do arcaico” onde coexistem o velho com o novo, radicalizando ambos. Nesse sentido, urge identificar as expressões da questão social em sua particularidade no país e os processos que as reproduzem (IAMAMOTO, 2013). Ainda, consoante Netto (2009, p. 157), corrobora que o modo de produção capitalista produz a questão social, assim:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se a segunda.

Assim, na medida em que “a ‘questão social’ [...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital” (NETTO, 2009, p.158), tem, por conseguinte, correspondência com a contradição das forças produtivas e de suas relações de produção – apropriação do excedente e da decisão privada de sua destinação (NETTO, 2009) – e o Serviço Social, enquanto profissão inserida na

divisão sociotécnica do trabalho que tem como matéria-prima de trabalho essa questão social e suas variadas expressões (IAMAMOTO, 2008). Na medida em que busca enfrentamentos à pluralidade de questões que lhes são colocadas nesta sociabilidade capitalista.

Surgida na terceira década do século XIX, justamente quando a base urbano-industrial do capitalismo começava a se firmar e quando a acumulação dava seus primeiros passos consistentes [...]. Tal “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo apresenta mudanças. (NETO; BRAZ, 2021, p.152)

Dessa forma, em seu processo de constituição enquanto questão social no século XIX em que o capitalismo assumia uma forma peculiar de desenvolvimento, com a passagem do Capitalismo Concorrencial para o Capitalismo Monopolista<sup>2</sup>, gerando mudanças profundas tanto na política quanto nas suas técnicas. Os estudos de Netto e Braz (2021, p.150), ainda salientam que “[...] desde a constituição da base urbano-industrial da sociedade capitalista, o que tem resultado da acumulação é, simultaneamente, um enorme crescimento da riqueza social e um igualmente enorme crescimento da pobreza”.

Sendo assim, ainda destacam que independentemente das particularidades das economias nacionais onde há (houve) acumulação capitalista predomina a polarização entre riqueza e pobreza (ibidem, 2021). Ou seja, a questão social é constitutiva do modo de produção capitalista, portanto, insuprimível nesta sociabilidade capitalista. Logo, a medida que o capitalismo apresenta mudanças, as diferentes expressões da questão social vão ganhando novas dimensões e novos contornos, ou melhor, quanto maior a acumulação de capital, maior será o aprofundamento da questão social.

Em consonância com Netto e Braz (2021), Iamamoto (2013, p.21) destaca:

---

<sup>2</sup>Para Netto & Braz (2021) no capitalismo concorrencial, liberal ou clássico (XVIII-XIX), o capital- organizando a produção através da nascente grande indústria- dará curso ao processo que culminará na subsunção real do trabalho. Haverá mudanças políticas (estar a completar-se a revolução Burguesa, com a tomada do poder de Estado) e técnicas (vai irromper a Revolução Industrial) e o Imperialista ou monopolista (XIX – XXI) em que há fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários, que constitui o capital financeiro. Tal interpretação clássica do imperialismo foi oferecida por Lênin, em seu estudo de 1916, intitulado O imperialismo, fase superior do capitalismo. Para esse, o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo.

Questão social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

O que depreende uma contradição fundamental na sociabilidade capitalista, entre o trabalhador que vende a sua força de trabalho e a apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores ( “frutos” desse trabalho), por uma pequena parte da sociedade, pois como afirmara Marx & Engels (2001, p. 23) em seu clássico livro “Manifesto do Partido Comunista” que a “a história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes”, em que opressores e oprimidos sempre estiveram em disputa, em confronto. E que mesmo a sociedade burguesa moderna<sup>3</sup> não suprimiu a disputa de classes, mas a substituiu por “novas condições de opressão, por novas formas de lutas” (MARX; ENGELS, 2001, p.24)

Importa ressaltar que para Yamamoto (2013, p.28) “a questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem”. Assim, continua a pensadora (ibidem) “[...] apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construídas no cotidiano”[...]. Portanto, é mister entender os processos de desigualdades, germinadas na lógica capitalista de acumulação mais também as formas de resistências criadas para defesa da vida.

Nesse sentido, compreender as particularidades do conceito de questão social na Amazônia requer a compreensão das suas multifacetadas formas. Atualmente, a Amazônia Legal contempla 9 sete estado do Brasil, sendo: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Esses estados contemplam diversas similaridades, mas também possuem inúmeras singularidades específicas de cada região. Por isso, é imprescindível compreender que existem diversas faces e modos de vida dentro da Amazônia.

Como nos ensina Teixeira (2009, p.26), “a melhor referência para tratar a questão social é a crítica da economia política que toma o trabalho como categoria central e não o descola de sua polaridade: o capital”. O conceito adensado por Scherer (2009)

---

3 A sociedade burguesa (burgueses x proletários) é oriunda do esfacelamento da sociedade feudal (senhor feudal x servo). Marx & Engels (2001)

e Teixeira (2009), pioneiras na região norte por tratarem do conceito “questão social na Amazônia”, ressaltam que as formas de expropriação na Amazônia combinadas com crescimento do mercado, concentraram as políticas na capital, esquecendo-se do âmbito rural e rural-urbano.

Fialho (2006, p.13), concorda e aponta a importância da “compreensão tanto das especificidades da ação profissional em áreas rurais da Amazônia, como da particularidade das expressões da ‘questão social’ na região”. Para as autoras, a ausência e fragilidade na criação e implementação de políticas universalizantes que compreendam os diferentes cenários e desafios que compõem a realidade dessas regiões, é resultado também da fragmentação no processo formativo do assistente social. Por isso, é fundamental entender a importância da abordagem:

[...] da Amazônia na formação em Serviço Social, pois é indispensável que o discente reflita sobre as formas de organização social, de trabalho, de cultura dos povos indígenas, quilombolas, agricultores, extrativistas, pescadores, relacionando esses fatores aos impactos das formas de desenvolvimento que historicamente os afetam e cujas consequências implicam em expressões da questão social com as quais os profissionais vão lidar. Deste modo, para pensar ações de emancipação e de acesso a políticas públicas, o assistente social precisa conhecer os processos históricos, econômicos, culturais e sociais dessa população, para compreender suas características e necessidades (PALMA, 2017, p.58).

A autora destaca que, para se pensar nas necessidades e enfrentamentos das expressões da questão social na Amazônia é necessário um olhar que contemple a totalidade, desde a questão geográfica até as minúcias culturais. É necessário que haja um processo reflexivo que considere as especificidades do ambiente amazônico, dos costumes, das diversas formas de trabalho e processos de organização que perpassam sua história e sociabilidade, e principalmente uma leitura crítica de como as relações capitalistas impactam essa realidade.

Esse processo de reflexão crítica só é possível quando se realiza aproximações provisórias da complexa Amazônia, a teoria social marxiana é imprescindível nessa leitura, pois envolve uma análise que abarca a questão econômica, política, ambiental, social e outras inúmeras dimensões que compõem a Amazonia. Nesse sentido, gostaríamos de apresentar uma modesta face das diversas e contraditórias expressões da questão social que afloram na Amazonia, um lugar de extrema riqueza,

mas permeado por intensa pobreza.

Teixeira (2008) salienta que a Amazônia Legal é contempla 5,1 milhões de quilômetros quadrados e ocupa 60% do território nacional. Nessa imensidão, está localizado também o maior rio do mundo, o rio Amazonas. Nesse sentido, entendemos que existem diversos modos de vidas que perpassam pelos seus afluentes. A região amazônica possui uma sociobiodiversidade escondidas em rios, igarapés e floresta. Conforme assinalam os estudos desenvolvidos por Pieranti e Silva (2007, p.6), a região amazônica contempla inúmeras riquezas, como:

A biodiversidade local, o solo e o subsolo, o potencial energético, o equilíbrio climático e a fonte imprescindível de água potável que possui formam um complexo potencial econômico de difícil administração e proteção. Suas distâncias continentais delimitam uma região de vegetação extremamente variada em que predominam as florestas altas e densas, entrecortadas por rios de diferentes características e de cursos com grande variabilidade, principalmente, no período das vazantes.

Todavia, os autores também destacam que suas vastas e amplas fronteiras se configuram também como uma fragilidade para os habitantes da região, pois favorece por meio dos rios a entrada ilegal de diversos guerrilheiros, contrabandistas de madeira, narcotraficantes e exploradores ilegais da pesca, caça e riquezas naturais. Destacam que, a densa floresta dificulta o processo de comunicação e monitoramento, e sua biodiversidade possui doenças ainda desconhecidas (PIERANTI; SILVA, 2007, p.6).

E, dessa dinâmica derivam diversas expressões da questão social. De um lado, temos a questão geográfica e hidrográfica que evidenciam nas enchentes, cheias e secas: a fome, doenças, e a ausência de políticas que assistam essa população. De outro lado, temos expressões derivadas do crescimento elevado do capital, que possibilitam diversas atividades ilegais, como garimpo, a insustentabilidade na pesca e caça, e o uso exacerbado e ilegal das riquezas naturais, e própria violência destinado as diversas populações que vivem na Amazônia.

Essas expressões da questão social estão articuladas em uma discussão polêmica que envolve os distintos e até mesmo interdependentes concepções de sustentabilidade e desenvolvimento na Amazônia. Por isso, Becker (2009) já sinalizava em seus estudos a necessidade da superação de alguns obstáculos. Dentre os principais, a falsa ideia de separação entre desenvolvimento e conservação,

a dicotomia entre inclusão social e competitividade, incompreensão da regionalização e heterogeneidade da biodiversidade e sociodiversidade.

Desta forma, concordamos com Teixeira (2008), quando salienta que, para enfrentar e intervir em diversas situações que batem à porta do Serviço Social, como: controle social, democratização das políticas sociais, questão étnica, invasão de terras indígenas, de quilombolas e diversos povos tradicionais, à questão da reforma urbana, à questão do gênero, questões que envolvem as pessoas LGBTQI+, é importante entender a questão ambiental como uma expressão da questão social, além de ter noção das contradições que envolvem a ideia desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia.

### **3. DESAFIOS AO TRABALHO DO (AS) ASSISTENTES SOCIAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO**

Conforme Arnaud e Gomes (2011), torna-se necessário refletir sobre a atuação profissional dos assistentes sociais na Amazônia, pois estes se inserem na divisão sociotécnica do trabalho, estabelecendo relações de compra e venda da sua força de trabalho, sofrendo como qualquer outro trabalhador os rebatimentos de alienação e precarização nesse âmbito.

É de suma importância, conforme salientam Sanches e Pontes (2016), para a prática de intervenção do assistente social a compreensão da relação entre sujeito-objeto, sendo na vida cotidiana, o lócus privilegiado de sua prática profissional, sendo um espaço onde as relações entre indivíduos e grupos com as suas designações sociais, econômicas, políticas e culturais se objetivam. Nesse aspecto, não é fora da cotidianidade que o Serviço Social deve capturar as determinações tanto econômicas, quanto políticas, é preciso mergulhar nas estruturas das relações e das práticas sociais e humanas em suas múltiplas e particularizadas expressões, já que não é de forma homogênea que a questão social e suas refrações são construídas.

A questão social e suas expressões sendo o objeto de trabalho dos assistentes sociais, se agravam na sociedade capitalista, conforme esses autores, sendo profissionais que também atuam nas políticas sociais que, dentro de um contexto

ultraneoliberal de “enxugamento” do Estado, estão sendo cada vez mais seletivas e fragmentadas. Nesse sentido, conforme Harvey (2013) o novo modelo de acumulação capitalista se expressa por meio da despossessão e espoliação radicalizada dos direitos, das estruturas sociais normativas, onde a atuação política de cariz nacionalista, profascista e xenófoba se constituem como novos modelos.

Antes de refletir sobre a atuação desses profissionais na Amazônia, torna-se relevante e necessário conhecer as expressões da questão social existente nessa localidade e os desafios que permeiam o trabalho desses profissionais, pois a Amazônia se insere num contexto de desigualdade que, segundo Castilho, Nascimento e Gomes (2021), é algo característico do desenvolvimento capitalista no Brasil, não acontecendo de forma homogênea, fato que acaba evidenciando as disparidades regionais, principalmente nas regiões norte e nordeste.

O trabalho, sua exploração e a proteção social na Amazônia são instrumentalizadas por essa desigualdade nacional, quando esta se insere na divisão internacional do trabalho por meio da exportação de matérias-primas (commodities), assim como pelas suas condições geográficas e socioculturais. A biodiversidade vegetal e mineral, nesse aspecto, tem o reconhecimento do capital, pois se transformam em mercadorias.

O trabalho desses profissionais é desafiado pelos agravos sociais resultantes da exploração do capital na Amazonia, devendo os assistentes sociais estarem munidos de arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para que assim possam lidar com a realidade e especificidades dessa região.

Castilho, Nascimento e Gomes (2021) salientam sobre o tratamento desigual que é dirigido à Amazônia, sendo algo evidenciado pelos profissionais que trabalham com as políticas sociais, havendo um tratamento diferenciado para as pessoas que vivem nessa área, sendo tratadas como pessoas de “menor valor”.

Trabalhadoras/es e usuárias/os das políticas sociais experimentam cotidianamente o tratamento desigual que é dirigido à Amazônia, como espaço físico diferenciado e ocupado por pessoas de “menos valor”, para qual qualquer coisa serve. A explicação do descaso com as particularidades e singularidades regionais pela perspectiva das desigualdades estruturais que remetem à classe e à raça também encontra respaldo quando se observa que mesmo com a gestão federal do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2014), que reconheceu a dívida que o Estado brasileiro tem com as pessoas que vivem na Amazônia e a relevância das singularidades socioculturais, o

Um elemento considerado determinante, segundo esses autores, para a execução das atividades dos assistentes sociais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na realidade amazônica é a dimensão da mobilidade, sendo o cotidiano profissional nessa região composta de grandes distancias, aparecendo como única possibilidade de acesso os rios, além disso, também há variações climáticas que acabam influenciando o tempo e a qualidade de trabalho disponível. O deslocamento por meio do transporte rodoviário e fluvial também é comprometido devido às péssimas condições das estradas e no setor fluvial a existência de barcos volantes que são considerados inapropriados para o uso de determinados rios. Essas condições refletem, portanto, a exacerbação da precarização do trabalho das/dos assistentes sociais.

Para esses autores, o que acaba afetando o trabalho dos assistentes sociais são as transformações no mundo do trabalho, o que acaba alterando o perfil e a direção das políticas sociais, significando a materialização em outros âmbitos da intensificação da precarização das condições de trabalho que se refletem por meio de falta de infraestrutura, baixos salários, altas taxas de adoecimento e afastamento dentro outros.

Mesmo diante desse cenário, os assistentes sociais são cobrados a realizar um trabalho de qualidade, mesmo com poucos recursos públicos e tempo de trabalho, tendo que se desdobrar para que possa desenvolver suas atividades de forma compromissada com o seu Projeto ético político e técnico-operativo. Esses profissionais vivenciam a precarização do trabalho e de suas transformações diante dos ditames das políticas neoliberais atreladas ao acúmulo de capital.

De acordo com Rocha e Cunha (2018), a formação de Serviço Social deve-se atentar para as particularidades da Amazonia com o intuito de vislumbrar a luta pela construção de uma nova ordem societária na superação do capitalismo e não para privilegiar um território em detrimento do macro. Sobre as demandas que chegam aos assistentes sociais, articuladas com as políticas sociais, essas autoras salientam que estas políticas são mecânicos utilizados pelo Estado como uma forma de mascarar a

natureza contraditória entre capital-trabalho, visando o alcance do consenso entre as classes. Em contrapartida, também representam a expressão de lutas sociais na consecução do atendimento de direitos humanos e sociais.

Para essas autoras, no contexto Amazônico, o assistente social deve ter um olhar ampliado para que consiga contemplar um leque de possibilidades para o agir profissional, para que consiga assim valorizar a sua cultura, pois consideram que o contexto histórico/cultural interfere sobremaneira no protagonismo do usuário, ainda mais que segundo o seu Código de Ética de 1996, nos princípios fundamentais, preconiza no que se refere a cidadania, a sua ampliação e consolidação, visando a garantia de direitos e também consta o empenho na luta contra todas as formas de preconceito, fazendo com que haja a participação de grupos discriminados, sendo a Amazonia, portanto, um espaço que merece a atenção do Serviço Social.

Rocha e Cunha (2018), salientam sobre a formação profissional diante do contexto socioambiental para que se possa evitar que haja uma associação com outro projeto societário que não esteja atrelado ao projeto ético-político do serviço social. Nesse aspecto, para que se possa alcançar equidade e empoderamento é necessário que o trabalho profissional avance por meio de políticas públicas de proteção social universalizantes que sejam atentas às particularidades regionais.

De acordo com Quinslr, Bohrer e Irving (2011), as políticas públicas podem tanto inibir ou incentivar processos de degradação ambiental, além disso podem promover ou não a questão da equidade social por meio de diversas ações e mecanismos institucionais. Por se tratar de uma área de fronteira, consideram as intervenções governamentais importantes, pois ainda não estão consolidadas as relações sociais, fato que propicia a eclosão de conflitos de diferentes origens. A falta de um consenso em torno das políticas de desenvolvimento e de proteção da natureza da Amazonia é proveniente de diversos interesses existentes em torno da apropriação dos recursos naturais da região.

As políticas públicas destinadas à Amazonia são consideradas, contraditórias, pois tentam, ao mesmo tempo garantir o desenvolvimento econômico, também tentam propiciar sua conservação, por meio da égide do desenvolvimento sustentável.

Assim, as políticas dirigidas a Amazonia interpretam a região ora como locus da preservação da biodiversidade, ora como locus do desenvolvimento econômico (alcançado através de atividades que exercem forte impacto negativo sobre a mesma biodiversidade que se quer preservar) (QUINSLR, BOHRER E IRVING, 2011, p. 15)

Para Teixeira (2008), as políticas sociais vistas na Amazônia demonstram um padrão cultural proveniente do sul-sudeste, impondo-se como referência no planejamento dos ministérios, engessando a autonomia de estados e municípios. Existe uma escassez de recursos que se centralizam e são liberados na base dos critérios nacionais, sendo padronizados para que aconteça a aprovação de projetos. A pobreza e a dita “exclusão” na região devem ser enfrentadas pelas políticas sociais, na ótica dos direitos, criando estratégias para que possam contemplar as demandas de caráter estrutural, conjunturais e emergenciais.

O que chega ao Serviço Social conforme Teixeira (2008) são novas tonalidades da velha expropriação do valor-trabalho, que foi capaz de generalizar sua forma relativa e reduzir sua forma absoluta. Dessa forma, ainda se põem ao profissional do Serviço Social desafios inerentes a velha “questão social”. Chegam ao Serviço Social novas temáticas que ampliam seu aspecto tático-operativo, entre elas a destruição ambiental, a pobreza e a insustentabilidade, envolve também as políticas sociais e os Conselhos de Política e de Direito, a questão da étnica, a questão da terra, da reforma urbana, a questão de gênero e as relacionadas ao ciclo de vida.

#### **4. CONCLUSÃO**

No cenário amazônico os acessos às políticas públicas apresentam limitações, sobretudo quando alcançam os povos originários. Essa realidade compromete os direitos desta população, nas quais apresentam demandas sociais ao trabalho de assistentes sociais nos diversos espaços de sua inserção, que colocam desafios para a materialização de uma ação profissional pautada no projeto ético-político profissional. Para Chaves et al. (2021, p. 233)

Na Amazônia, os rebatimentos desta crise e os determinantes da lógica que ordena o sistema capitalista, bem como os limites impostos para o acesso às políticas públicas, alcançam e afetam de modo imperativo os povos originários (etnias indígenas), cujas

formas de organização sociocultural e tradicionais guardam formas singulares de produção e gestão do manejo dos recursos naturais locais. O conjunto das mudanças no campo societário, além de incidirem diretamente nas relações sociais, comprometem, sobretudo, as condições laborais de acesso ao emprego pelos trabalhadores, afetando o campo dos direitos trabalhistas e sociais. Estas, no caso dos Assistentes Sociais, solapam tanto as condições de empregabilidade e de trabalho, quanto urdem pressões socioinstitucionais e políticas que ameaçam o projeto ético político do Serviço Social.

O Serviço Social na Amazônia encontra-se diante o desafio de uma gestão que necessita pensar nas diferentes formas de viabilização dos deslocamentos, na diversidade dos povos e comunidades tradicionais. Assim como, estar atento às múltiplas faces da particularidade regional que cercam os usuários/as que necessitam das políticas, serviços e benefícios. Conforme, Chaves et al. (2021, p.225):

No contexto de um ultraneoliberalismo que se materializa, por exemplo, como na Emenda Constitucional n.º 95/2016, tem-se uma drástica redução dos investimentos na esfera social, com desdobramentos que agravam a já insuficiente oferta dos serviços/benefícios prestados no âmbito da Assistência Social. Na Amazônia, este quadro tem cores dramáticas, dadas por uma série de fatores históricos, culturais, políticos e sociais que são adensados pela homogeneização própria das políticas públicas.

A partir da agudização das crises social, econômica, política, e também sanitária, esta última em evidência a partir da Pandemia de Covid-19, as consequências ampliaram as vulnerabilidades e desigualdades já existentes. Outrossim, a pandemia é, efetivamente, expressão da crise socioambiental planetária que combina a dinâmica de produção e consumo na sociedade contemporânea, que impulsionam as mudanças climáticas, sob o prisma do movimento político conservador, denotando causas, interesses, razões e consequências (CHAVES et al, 2021, p.237).

Enquanto profissionais e trabalhadores estamos postos numa linha tênue diante contradições impostas pelo capitalismo, avanço do neoliberalismo, e sucessivas contrarreformas no Estado brasileiro e das políticas sociais, com progressiva perda de direitos, aumento de desigualdades, desemprego e precarização do trabalho. Contudo, apesar deste contexto permeado de desafios, devemos ter clareza e conhecer as possibilidades que o caráter político do nosso trabalho profissional imprime através do compromisso com o projeto ético-político e código de ética profissional.

## 5. REFERÊNCIAS

ARNAUD, B. N; GOMES, E. D. C. **O Trabalho da/do Assistente Social na Amazônia: reflexões críticas acerca dos desafios profissionais.** In: Jornada Internacional de Políticas Públicas. 10, 2021: São Luís. Anais [evento on-line: recurso eletrônico] São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2021. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CASTILHO, D. R; NASCIMENTO, M. A.C. N.; GOMES, V.L. B. Precarização do trabalho profissional da/o assistente social na Amazônia brasileira: particularidades do estado do Pará. **Revista O Social em Questão.** Ano XXIV, nº 49, jan a abr, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/51104/51104.PDF>. Acesso em: 28 ago. 2022

BECKER, B. K. Berta K. Becker. In: NASCIMENTO, E. P. D; VIANNA, J. N. **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável.** Rio Janeiro, Garamond, 2009.

FIALHO, N. S. N. **Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 24. ed. – São Paulo, Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista,** 1848. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 7<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P; BRAZ, M. **Economia Política** [livro eletrônico]: uma introdução crítica.

São Paulo: Cortez, 2021.

PALMA, E. S. D. **O ensino das expressões da questão social na Amazônia na formação em serviço social: um olhar a partir dos cursos de serviço social do interior do Amazonas.** 112 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia -PPGSS, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS. Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus, 2017.

QUINTSLR, Suyá; BOHRER, Cláudio Belmonte de Athayde; IRVING, Marta de Azevedo. **Políticas Públicas para a Amazônia: Práticas e Representações em Disputa.** In: RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico. 6 ano XIII, nº 23 julho de 2011, Salvador-BA. Disponível em <<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1295#:~:text=Atrav%C3%A9s%20da%20an%C3%A1lise%20proposta%2C%20foi,vinculados%20%C3%A0%20racionalidade%20ecol%C3%B3gica%20ou>> Acesso em 10 de agosto de 2022.

ROCHA, K. B. D. A; CUNHA, M. G. N. **Os desafios postos à formação profissional de serviço social frente às demandas socioambientais: um olhar para a questão social na Amazônia.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018.

SANCHES, M. S. R. A; PONTES, Andrea Mello. Serviço social e antropologia: interfaces na formação de assistentes sociais na Amazônia. **Revista Katalysis.** Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 403-412, out./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1414-49802016.003.00011>. Acesso em: 28 ago. 2022

SCHERER, E. F. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: o avesso do progresso. In: SCHERER, E. **Questão social na Amazônia.** 1ª Ed. Manaus. Editora Edua, 2009.

SCHERER, E. F. **A trajetória da assistência social aos desassistidos manauenses.** 1ª Ed. Manaus: EDUA, 2016.

TEIXEIRA, J. B. O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. In: SCHERER, E. **Questão Social na Amazônia,** 1ª Ed. Manaus. Editora Edua, 2009.

TEIXEIRA, J. B. Meio ambiente, Amazônia e Serviço Social. **Revista Em Pauta,** Rio

de Janeiro, n. 21, p. 141-152, 2008.

PIERANTI, O. P; SILVA, L. H. R. D. A questão amazônica e a política de defesa nacional. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 5 n. 1, p. 1-11, 2007.

CHAVES, M. P. S. et al. Políticas públicas & sustentabilidade na Amazônia: pauta de desafios e potencialidades para o Serviço Social. In: ANDRADE, R. F. C; CAVALCANTE, L. L; CUNHA, M. G. N; FERNANDEZ. C. B. **Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade**. Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2021.